

XXIX Encontro Anual da ANPOCS

25 a 29 de outubro de 2005

“Forças Armadas, Estado e Sociedade”

Esquerda e Forças Armadas no Brasil do pós-guerra fria

Roselene Aparecida Paschoalino

Introdução

A proposta deste trabalho é analisar as relações entre esquerda e Forças Armadas brasileiras no pós-Guerra Fria, isto é, no período pós 1990, quando passou a haver uma certa aproximação desses dois setores da sociedade brasileira na temática da defesa da soberania nacional. O esforço desse trabalho será o de mostrar o conteúdo e os limites dessa aproximação, há pouco tempo impossível, entre dois atores que se defrontaram com violência no passado recente. A crise de identidade pelo qual passou a Instituição Militar e o Partido Comunista do Brasil, devido ao fim do regime militar e ao declínio da União soviética foi ponto importante para compreender algumas de suas atitudes. Afinal, o PC do B perdia seu referencial e as Forças Armadas seu maior inimigo.

Portanto o foco temporal da análise recairá, principalmente, sobre o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002). Nesse período os parlamentares de esquerda passaram a sair em apoio dos pontos de vista das Forças Armadas quanto à defesa do país¹. Exemplo importante disso é o do ex-presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, o deputado Aldo Rebelo (PC do B – SP)². Por sua vez, os militares reconhecem o apoio dos parlamentares de esquerda³. Não por acaso, segundo notícias de imprensa, em conversa com o presidente eleito em 2002, “ao falarem das dificuldades, os militares aproveitaram para comentar que o maior apoio que receberam nos últimos anos no Congresso foi justamente dos parlamentares de esquerda” (O Estado S. Paulo, 09/12/2002). Após a eleição de Luis Inácio Lula da Silva, o deputado Aldo Rebelo passou a ser cotado para o Ministério da Defesa como o preferido pelos militares. Segundo registrou na época a jornalista Tânia Monteiro, “o Deputado Aldo Rebelo, continua tendo a maior simpatia das Forças Armadas e permanece com grandes chances de ocupar o

¹ É visão geral que, no período estudado, são os parlamentares de esquerda, liderados por Aldo Rebelo (PC do B – SP) e José Genoíno (PT – SP), ambos ex-presos políticos do regime militar, os que mais se preocupam com a política de defesa e com os militares.

² Aldo Rebelo foi eleito para seu quarto mandato federal, sendo eles: (1991 – 1995); (1995 – 1999); (1999 – 2003); (2003 – 2007) e foi eleito presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados em 06 de março de 2002 (governo Lula).

³ O deputado Aldo Rebelo recebeu da Marinha brasileira a medalha “Mérito Tamandaré”, em 13 de novembro de 1997 e a da “Ordem do Mérito Naval”, em 10 de junho de 2003; da Aeronáutica brasileira a medalha da “Ordem do Mérito Aeronáutico”, em 23 de outubro de 2002. Além dessas medalhas recebeu também a medalha do “Mérito da Defesa” concedida pelo Ministério da Defesa, em 24 de outubro de 2002.

Ministério da Defesa” (O Estado S. Paulo, 09/12/2002). No entanto, como se sabe, esse desejo não foi concretizado, o que causou certa decepção nas três forças⁴.

* * *

O Partido Comunista do Brasil é um exemplo raro de partido com tradição histórica, que remonta a 1922. Sua escolha neste trabalho permitiu avaliar as mudanças e continuidades das posições da Esquerda comunista. Após a sua cisão dentro do PCB, esteve ligado à China, depois à Albânia, sempre com um forte composto stalinista, e com intenso peso doutrinário. O PC do B surgiu em fevereiro de 1962, quando houve o que sua história oficial chama de “reorganização” do Partido por meio da chamada “Conferência Extraordinária”.

O Manifesto-Programa de fundação tinha como principal objetivo um governo popular revolucionário, com um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, o que se daria pela violência revolucionária. As divergências foram acentuadas com o golpe de Abril de 1964, quando a maior parte da esquerda considerou que não seria possível chegar à revolução pelo caminho pacífico, mas sim através da luta armada, o que realmente aconteceu com a deflagração da Guerrilha do Araguaia. O Partido Comunista do Brasil dirigiu a luta guerrilheira no Araguaia entre 1972 e 1974.

No que diz respeito às Forças Armadas é certo que em nosso país os militares participam ativamente da política nacional há mais de um século, desde a Abolição e República, até mais recentemente o regime militar, quando a corporação serviu de braço armado da direita (MORAES, 1994). Porém, na Nova Ordem Mundial as Forças Armadas parecem ter perdido esse papel, abaladas pelos efeitos da globalização sobre o conceito de soberania nacional e nos quadros da democratização do país. Com o fim da Guerra Fria tanto a esquerda como as Forças Armadas parecem ter tido suas características políticas abaladas. Tudo indica que, esse abalo acabou por aproximar conjuntamente esses atores.

⁴ O deputado Aldo Rebelo foi indicado pelo presidente da República para ser o líder do governo na Câmara. Mas em janeiro de 2004 deixa de ser líder na Câmara e passa a ser, até então, o único não petista na coordenação de governo. Assume o cargo de Ministro da Articulação Política, trata-se de um ministério novo que tem o intuito de intensificar a ação do governo no Congresso, na Câmara dos deputados e no Senado.

O Partido Comunista do Brasil e a questão das Forças Armadas

O Partido comunista do Brasil (PCB) nasce em março de 1922 no Rio de Janeiro, momento do auge, no país, das repercussões geradas pela revolução Soviética de 1917. Nessa época a idéia de um Partido Comunista no Brasil incomodava muitas pessoas. Com apenas quatro meses de vida, em julho, o partido é posto na ilegalidade jurídica, no contexto do Estado de Sítio decretado depois da Revolta dos Dezoito do Forte de Copacabana (1922), que deu origem a um “ciclo de rebeldia tenentista”, cuja última manifestação foi a revolução de 35, esse “ciclo” ficou conhecido como Intentona Comunista.

Mesmo vivendo na ilegalidade o partido, em seus primeiros nove anos de existência, realizou três Congressos Nacionais. Depois do fracasso do levante de 35 os comunistas sofreram intensa repressão. Em 1945, a democratização cria uma nova geração de partidos políticos, e o Partido Comunista alcança breve legalidade, que dura pouco mais de dois anos. “Conquistada uma situação de legalidade em 1945, excepcional em sua trajetória histórica, o PCB se iludiu pela aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do Eixo nazifascista e a deflagração da Guerra Fria” (GORENDER, 1998, p. 22).

Em 1947, o Partido Comunista teve seu registro cassado, sendo forçado, assim, a viver mais uma vez na ilegalidade; em 1948, teve início a cassação dos mandatos dos parlamentares comunistas, no contexto de agravamento do autoritarismo do governo Dutra. Iniciado o segundo governo Vargas (1951-54) a direção do PCB deu uma virada à esquerda, no quadro de reação da URSS ao agravamento da guerra fria e passou a caracterizá-lo como ‘*governo de traição nacional*’ conclamando à sua derrubada (GORENDER, 1998).

O Quinto Congresso do partido foi realizado em 1960. Em 1961, o PCB publicou o Programa e os Estatutos do PCB, substituindo o B de “do Brasil” pelo B de “brasileiro” a fim de se conseguir a legalização. No entanto, essa substituição se tornou inútil, o TSE negou o registro. Foi nesse momento que teve início a articulação para a cisão do partido: para os dissidentes, o partido renegara seus princípios e o novo PCB nascia como um partido revisionista (GORENDER, 1998).

Em fevereiro de 1962, consuma-se a cisão do Partido, articula-se um “protesto subscrito por uma centena de militantes” e passa-se a assumir o “verdadeiro partido comunista”, o PC do B. Passam então, a existir dois partidos comunistas no país: o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Partido Comunista do Brasil (PC do B) que, a partir daí, começa a se definir como “o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962” (GORENDER, 1998, p. 38). Na versão partidária oficial, em documento recente, o PC do B afirma: “A reorganização do partido em 1962 correspondeu à reafirmação do partido como uma necessidade histórica e refletiu o estágio alcançado pela luta de classes no Brasil. Ela fortaleceu o caráter revolucionário da organização política dos comunistas brasileiros” (PC do B, 2002a, p. 21).

Em seguida o Partido Comunista do Brasil convocou a Conferência Nacional Extraordinária, sendo aprovado o “Manifesto Programa”, que apresentava como principal objetivo a conquista de um governo popular revolucionário. Este era entendido como um regime antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, que seria alcançado pela violência revolucionária. Manteve-se a idéia das duas etapas da revolução.

Em 1963, no clima da cisão do movimento comunista mundial, o Partido Comunista do Brasil adere à ideologia maoísta, alinhando-se ao PC chinês. As divergências com o PCB foram acentuadas com o golpe de abril de 1964, que, na visão do PC do B, confirmou o fracasso do caminho pacífico para a revolução no Brasil.

Em 1969, o PC do B apresenta a Resolução do Comitê Central: “Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil”. É nesse documento que fica ainda mais clara a idéia do partido de alcançar o poder através da luta armada, sendo definidas a estratégia e as táticas a serem adotadas para a tomada do poder político. Em 1967, o PC do B instala na região do Araguaia seus primeiros militantes. Cinco anos depois, começam os combates na região. Essa região foi escolhida segundo os ensinamentos de Mao Tsé-tung. O fim da guerrilha se deu efetivamente entre janeiro e março de 1974, com cerca de 76 guerrilheiros mortos, “sendo 59 militantes do PC do B e 17 recrutados na região” (GORENDER, 1998, p. 235). O fracasso da Guerrilha provocou intensos debates no partido, que perdeu dirigentes importantes, o que abalou profundamente sua base. A intervenção repressiva por parte das Forças Armadas desarticulou o PC do B e o deixou “desprovido de direção nacional atuante no Brasil até 1980” (GORENDER, 1998, p. 241). A guerrilha do Araguaia foi “considerada

pela ditadura militar brasileira como seu principal desafio político-militar, o que a fez desencadear uma repressão brutal sobre os guerrilheiros e sobre o PC do B” (RIDENTI, 2001, p. 4).

Na segunda metade da década de 1970, os militantes do Partido Comunista do Brasil participaram da luta pela anistia e pela Constituinte. Depois de 1979, com a conquista da anistia, o PC do B “passou a viver um período de semilegalidade e, em 1985, iniciou o período mais longo de legalidade que jamais viveu” (PC do B, 2002, p. 24). O partido procurou ser atuante na campanha das Diretas Já, embora ainda enfraquecido com o que sofreu durante o regime militar. Em seguida, “o Partido apoiou a vitoriosa candidatura oposicionista de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Com o fim da ditadura, finalmente legalizado em 1985, o PC do B levou cinco deputados federais ao Congresso Constituinte, eleito em 1986” (RIDENTI, 2001, p. 4).

Contudo, um dos maiores desafios pelo qual o partido passou, segundo os próprios militantes, foi a derrocada do socialismo no Leste europeu o que abalou a ideologia socialista em todo o mundo. Segundo os próprios documentos partidários, “a repercussão mundial dessa derrota foi desastrosa” (PC do B, 2002, p. 25). Num primeiro momento, conforme Ridenti, o PC do B afirmou não ter sido “diretamente atingido pelas transformações no Leste Europeu”, afinal o partido “encontrava na Albânia socialista o principal símbolo da perenidade de seus ideais, de resistência ao revisionismo”. No entanto, logo esta teve o mesmo fim dos demais países do “Leste Europeu e o Partido Comunista do Brasil acabou ficando desorientado com os acontecimentos na Albânia [...]. O partido foi, então, nitidamente atingido pela crise” (RIDENTI, 2001, p. 8).

Foi a partir da década de 90 que o partido assumiu como principal bandeira de ação a luta contra o neoliberalismo e a defesa da soberania nacional. Conforme os documentos partidários: “Na atualidade o PC do B se empenha para unir o povo e a oposição com o objetivo de impedir a continuidade da era neoliberal de FHC e conquistar um novo rumo para o Brasil” (PC do B, 2002, p. 26).

Segundo Ridenti (2001), o PC do B conseguiu superar a crise gerada pela derrocada do chamado socialismo real. Nas eleições de 1994 para o Congresso Nacional o partido elegeu dez deputados federais o que indicava que “no século XXI, ainda pode haver lugar

na sociedade brasileira para um partido comunista nos velhos moldes da III Internacional” (RIDENTI, 2001, p. 25).

Fato que pode ser confirmado com os resultados das eleições seguintes: em 1998, foram eleitos sete deputados federais e em 2002 o Partido Comunista do Brasil atingiu a marca mais significativa dos últimos tempos - doze deputados federais, além da vitória nas urnas do candidato apoiado pelo partido a presidência da República Luiz Inácio Lula da Silva, do PT.

O PC do B e o regime militar

No ano da instauração do regime militar, mais precisamente quatro meses depois do golpe, o partido publicou o documento intitulado “O Golpe de 1964 e seus ensinamentos”, onde se afirmava que “o governo chefiado por Castelo Branco” era um “governo contra o povo e a serviço dos monopolistas ianques” (1964, p. 47). Nesse quadro, os comunistas estavam cada vez mais preocupados com a situação do país, certos de que a dependência frente aos Estados Unidos havia se acentuado depois da tomada do poder pelos militares: “em situação difícil e num clima de insegurança e violência vive o povo brasileiro, desde que foi desfechado o golpe militar do primeiro de abril [...] Mais acentuada se tornou a dependência do país aos monopólios norte-americanos” (1964, p. 45).

Em documento do partido os militantes também destacam o caráter conservador de nossas Forças Armadas, dizem que elas sempre intervieram na história política do país, normalmente como instrumento repressor e a “serviço das classes reacionárias e do imperialismo norte-americano”.

Dois anos depois do golpe, o Partido Comunista do Brasil, publicou a resolução “União dos Brasileiros Para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”. Como se pode notar pelo próprio título do documento, nesse período, os comunistas do PC do B expressavam preocupações relacionadas à defesa da soberania nacional e à “ameaça neocolonialista”, representada pelos Estados Unidos.

Nos quadros da ditadura militar e da Guerra Fria, o documento de 1966 diz que as medidas postas em prática no país, como a cassação de “mandatos de parlamentares e governadores e de direitos políticos de seus adversários”, atentados contra direitos dos cidadãos, além do incômodo da prática de uma política “econômica-financeira elaborada pelo Fundo Monetário Internacional” eram ditadas pelos Estados Unidos: “A orientação

que preconizam, as soluções que apresentam e as medidas que executam são inspiradas ou ditadas por Washington” (1966, p. 115). Em seguida, afirma-se que “nunca foi tão acentuado o sentimento anti-norte-americano no Brasil” (1966, p. 121): “O imperialismo norte-americano [...] é o pior e o principal inimigo da Humanidade, o agressor mais feroz e insolente da História”(1966, p. 106).

Na nova conjuntura, a *Resolução* defendia que se devia seguir o “Manifesto Programa” aprovado na Conferência de fevereiro de 1962, no qual o próprio Partido Comunista do Brasil indica o caminho da revolução nacional, democrática e antiimperialista (1966, p. 127). O que nos mostra que o Partido não mudou suas posições, mesmo depois do golpe militar. Segundo o PC do B o golpe confirmou suas principais teses: “A vida encarregou-se de comprovar a justeza do Programa do Partido” (1966, p. 127).

No mesmo documento, os comunistas defendiam a formação de uma “frente única dos patriotas”, com o objetivo de derrotar o maior inimigo – os Estados Unidos” (1966, p. 131). No entanto, desde 1966, o partido já alertava para as dificuldades que seriam encontradas para vencer essa luta: “ela será longa e difícil”, afinal, “os imperialistas norte-americanos não se retirarão espontaneamente da arena histórica. Resistirão até o fim”. Por isso, os comunistas proclamavam a união dos povos e a criação de uma “frente mundial contra o imperialismo dos Estados Unidos”.

Afirmam assim que “apesar de ser uma nação única, o Brasil contém de fato dois brasis: o Brasil das grandes cidades, com relativo desenvolvimento econômico e cultural, e o Brasil do interior, quase totalmente abandonado” (1969, p. 120).

O PC do B depois da Guerra Fria

Após trinta anos da publicação da *Resolução* (1966), encontramos no *Programa Socialista* do PC do B (1996) preocupações semelhantes àquelas. Mas ao longo desses 30 anos houve algumas mudanças. No quadro externo o fim da Guerra Fria e a derrocada do socialismo no Leste europeu enfraqueceram a ideologia socialista em todo o mundo e o PC do B foi um dos principais atingidos. No que se refere ao quadro interno, a democratização do país, com o fim do regime militar, parecia fazer com que o Partido perdesse um pouco do sentido de sua existência, assim como sua identidade.

No entanto, o partido procura manter sua ideologia e tarefas atualizadas: uma das maiores preocupações é com a defesa da soberania nacional. Assim, percebemos que, no passado como hoje, os Estados Unidos aparecem como uma das maiores ameaças para o país: “todos os que almejam uma pátria livre e soberana, que desejam avanços contínuos nos terrenos político, econômico, social e cultural terão de enfrentar decidida e persistentemente as forças inimigas” (1996, p. 44).

Como vimos, no passado recente, a dependência do país em relação aos Estados Unidos incomodava os comunistas; hoje percebemos que isso continua acontecendo: “o sistema financeiro do país submete-se às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI) (1996, p. 19) e tal influência na economia do país acarreta, muitas vezes, imposições e mudanças de ordem política que “abalam a soberania nacional”.

No “Programa Socialista” (1996), pode-se constatar que a idéia de que o “imperialismo norte-americano” é o principal inimigo da sociedade continua sendo fator inerente ao pensamento do partido: “A crise estrutural que atinge o Brasil, embora com características próprias, não é fenômeno apenas brasileiro. Faz parte da crise mundial do capitalismo-imperialismo, parasitário [...]” (1996, p. 5). É para se livrar desse tipo de espoliação que os militantes do PC do B continuam a defender, como há três décadas, a criação de uma “frente nacional, democrática e popular” formada por partidos, personalidades políticas democráticas, organizações de massas, defensores da soberania nacional”(1996, p. 47).

Os dirigentes do PC do B acreditaram e ainda acreditam na importância crucial da mobilização das massas, a fim de “neutralizar os inimigos” tendo como um dos principais objetivos, entre outros, “a defesa da soberania nacional e da independência nacional” (1996, p. 46). Já diziam em 1966 que a luta entre o imperialismo norte-americano e “os povos que aspiram à libertação, à democracia e ao socialismo” deve envolver toda a humanidade (1966, p. 103). No *Programa Socialista*, um dos documentos mais recentes do Partido Comunista do Brasil, principalmente no capítulo cujo foco do debate é o internacionalismo proletário, assim como a luta de todos os povos pela “emancipação nacional e social”, o PC do B diz que a luta pelo socialismo está intimamente ligada com a luta por uma pátria livre, independente (principalmente dos Estados Unidos) e soberana (2002, p. 38).

Nas “Teses – 10º Congresso do PC do B” que datam de julho de 2001, o partido faz um balanço dos 15 anos da atividade legal. No texto, caracteriza o regime então vigente como o regime das classes dominantes que se “revela incapaz de assegurar democracia e canais de participação efetivas das forças vivas da sociedade” (2001, p. 3). A característica chave dessa época seria a orientação neoliberal.

Como principal tarefa política do partido, aparecia a “conquista de um governo dos trabalhadores e das massas populares com a finalidade essencial de iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo” (2001, p. 47), como também a luta contra o neoliberalismo. Assim, defendem “a formação de uma ampla frente política e social contra a liberalização em curso, constituindo-se, atualmente, numa batalha de sentido estratégico, porque permite abrir caminho no rumo de uma formação econômica e social condizente com a liberdade, a independência nacional e o progresso social” (PC do B, 2001, p. 47).

As alianças políticas propostas, a fim de formar essa frente contra a liberalização e a favor da instauração no Brasil de uma República de trabalhadores e de amplas massas do povo, são sugeridas nas *Teses*, onde o partido considera que “é indispensável forjar amplas alianças em que possam agrupar-se as correntes de esquerda” (2001, p. 25).

Consideram indispensável a formação de uma aliança para alcançar a vitória nas eleições de 2002, ou seja, a vitória de um governo democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseando-se nas forças populares, isto é, “trabalhadores e demais camadas do povo”.

Forças essas que podem ser representadas pela juventude, pela intelectualidade, pelos trabalhadores sem terra e, sobretudo, pelo proletariado. Afinal, “a identidade do PC do B com o proletariado está expressa na sua gênese, nos seus objetivos e na sua opção teórica marxista-leninista” (2001, p.55). Para o partido, é preciso combater o neoliberalismo. Afinal, com o advento da política neoliberal, acentua-se ainda mais a ameaça neocolonial representada pelo imperialismo norte-americano, o que sempre foi motivo de preocupação para os comunistas. Desde 1966, como vimos no documento “União dos Brasileiros Para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”, já se acreditava que os Estados Unidos eram os piores inimigos da humanidade. Nos dias de hoje, essa idéia permanece forte, como podemos perceber quando se diz que “os meios de propaganda do imperialismo norte-americano tentam demonstrar a

sua hegemonia como consolidada e incontestável e eterno o seu domínio no mundo” (2001, p. 19).

Segundo o PC do B, a nova ordem mundial, formada devido ao fim da União Soviética e do socialismo, configura-se como uma ordem imperialista, marcada principalmente pelo hegemonismo dos Estados Unidos: “o século XXI inicia marcado por um colossal retrocesso das conquistas da humanidade. O panorama mundial encontra-se agravado pela hegemonia e agressividade política e militar dos Estados Unidos. Por toda a parte, aumenta o intervencionismo norte-americano” (2001, p. 17).

Percebemos que, com a mudança no quadro político tanto nacional quanto mundial, com o avanço do regime democrático – ainda que com os limites apontados no documento do partido - no Brasil e a derrocada do socialismo na União Soviética, o discurso do Partido Comunista do Brasil apresenta algumas modificações. Podemos perceber mais claramente essas mudanças, principalmente, ao se falar das tarefas do partido.

Quando se falava no regime de caráter reacionário e antinacional imposto pela ditadura nos anos 60, uma das principais tarefas era se preparar para a luta armada, isto é para a guerra popular com o intuito de se alcançar o poder. Hoje, sob um regime caracterizado como neoliberal, a preocupação maior também é a conquista do poder, no entanto, agora de forma democrática, por meio das eleições. É necessário destacar, que a maior semelhança entre ambas as épocas, é a existência de uma acentuada preocupação com o neocolonialismo, vale dizer, com a contradição entre nação e imperialismo.

Para o Partido Comunista do Brasil, o que é permanente no seu pensamento é a sua identidade com o proletariado. Na visão do partido, é necessário cuidar sempre para que não haja um desligamento dessa identidade e sim um aprofundamento dela. Essa preocupação é percebida nas *Teses*.

Portanto, mesmo com a mudança do cenário político, as preocupações do partido são muito semelhantes: reforma agrária, desemprego, ataques aos Estados Unidos, defesa da soberania nacional. O que nos leva a crer que, as desigualdades sociais quando não, a opressão, a exploração, parecem permanecer no âmago da sociedade brasileira, e o Partido Comunista do Brasil continua lutando pelo fim desse quadro e pela “conquista da República de trabalhadores e de amplas massas do povo”, no entanto, como podemos perceber, nos dias atuais o PC do B mantém a revolução apenas no discurso.

Quanto ao neoliberalismo dominante, o texto afirma que o partido “tem sido lutador persistente pela construção da unidade da esquerda e do movimento oposicionista com base em um programa antineoliberal” (PC do B, 2001, p. 27). Nesse sentido, a Intervenção do deputado Aldo Rebelo à 8ª Conferência Nacional do PC do B em 1995, trouxe o título: “Derrotar o Neoliberalismo, em defesa da Democracia e dos Direitos Sociais”. Parece claro assim, que, para os militantes do PC do B, o neoliberalismo oprime o povo brasileiro e o Partido Comunista do Brasil assume como a sua maior palavra de ordem tática no momento a luta pelo seu fim.

A Soberania Nacional e as Forças Armadas para o Partido Comunista do Brasil

A discussão sobre o papel das Forças Armadas sempre esteve em pauta na esquerda brasileira. Como já visto, em 1962 o PC do B as caracterizava como as maiores interventoras nos acontecimentos políticos do país, sufocando os movimentos populares, conforme apresentado no documento “O Golpe de 1964 e seus Ensinamentos”, publicado no ano da instauração do regime militar.

É fundamental destacar o contraste dessas idéias com as que aparecem em documentos mais recentes do partido como o “Programa Socialista e Estatuto do PC do B” que data de 1996. Aí, o partido destaca a importância desse aparelho de Estado em sua futura “República de trabalhadores e de amplas massas do povo”: “as Forças Armadas, sob a direção do poder central, serão constituídas por corpo militar estável e de alta qualificação profissional. Suas bases mais numerosas são os comitês Populares de Defesa civil” (1996, p. 26). Trata-se aqui, como se vê, de um Exército nacional e popular, num país socialista.

Contudo, no “Programa Socialista” o partido passa a afirmar, retrospectivamente, a importância das Forças Armadas na história brasileira: “Instaurada a República (1889), instituiu-se a forma de governo presidencialista, também elitista. As Forças Armadas, decisivas na implantação da República, exerceram durante longo período certa tutela sobre a nação”.

Como vimos o principal parlamentar do PC do B no tratamento das questões militares é o deputado Aldo Rebelo. Em seu texto, “Forças Armadas e soberania nacional”, Rebelo diz que não se pode usar o golpe de 1964 como pretexto para excluir os militares das resoluções sobre os rumos do Brasil (1997, p. 1) e afirma não haver uma definição universal para o papel das Forças Armadas. Para ele “as Forças Armadas de que

necessitamos devem estar ligadas a um projeto nacional, às aspirações nacionais permanentes e aos interesses geopolíticos de nossa Pátria” (1997, p. 10). Em artigo publicado na imprensa, com o título “Militar é diferente” (s/d), Rebelo defende condições dignas de exercício das funções militares: “se a sociedade tanto exige desses servidores para que melhor desempenhem seu papel constitucional, é justo que recebam uma contrapartida”. Quanto à proposta de transformação das Forças Armadas em uma espécie de “polícia”, o que já foi sugerido “pelos imperialistas ianques”, o PC do B considera que:

“Faz-se campanha sorrateira, que se origina no exterior, visando a desaparelhar militarmente o país. Os imperialistas não querem encontrar obstáculos aos seus propósitos de domínio. [...] As riquezas do Brasil sempre foram cobiçadas pelos monopolistas de fora, em particular as da Amazônia, uma das regiões do mundo que detém as maiores reservas minerais. Os imperialistas não escondem sua pretensão de internacionalizar a Amazônia. Realizam campanhas com esse objetivo” (1996, p. 6).

Também para Jandira Feghali, deputada pelo PC do B, os Estados Unidos acreditam ser a polícia e os donos do mundo. A maior preocupação da deputada também é a ameaça que os Estados Unidos representam para a soberania nacional, não só brasileira, como de toda a América Latina: “O governo, nossas Forças Armadas e o povo brasileiro têm que estar alertas e atentos aos desdobramentos do conflito na Colômbia. Há que se buscar uma saída que exclua sob qualquer hipótese ou pretexto a intervenção militar externa, sobretudo norte-americana” (FEGHALI, 1999).

Segundo o PC do B, principalmente no governo de Fernando Henrique Cardoso, o país vem renunciando a sua soberania e autonomia. Os Estados Unidos seriam o centro desse processo, que, inclusive, procura acabar com as Forças Armadas enquanto guardiãs da nação.

O próprio fundador e até então presidente do Partido, João Amazonas⁵, em seu texto “Não há Nação Soberana sem Estado Nacional” (1994)⁶, defendia que:

⁵ Amazonas, falecido em 27 de maio de 2002, é considerado um dos mais importantes líderes comunistas da história do país, foi deputado federal pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em 1962, participou da reorganização do partido. Dirigente do Partido Comunista desde 1946, participou da Guerrilha do Araguaia, ajudando a prepará-la. Foi presidente do PC do B até 2001.

⁶ Síntese apresentada no debate: “O Estado e a modernidade”, em seminário organizado pelo IPAS, Rio de Janeiro, 1994.

“Faz-se ainda campanha insidiosa tentando demonstrar que as Forças Armadas não têm papel importante a realizar. Seriam parasitárias e onerosas aos cofres públicos. Cortam-se verbas necessárias à manutenção das Três Armas e ao reforçamento da defesa nacional. Sob pressão norte – americana, desativam-se empresas que produzem meios de defesa, com tecnologia própria, ou permite-se que passem ao controle das multinacionais armamentistas. Desse modo desarma-se a nação brasileira face a prováveis agressões externas visando o domínio ao território nacional rico em minérios” (AMAZONAS, 1994).

O então dirigente máximo do partido admitia que as Forças Armadas possuem um componente autoritário em sua formação, no entanto, acreditava que elas são o órgão de maior importância para a preservação da Soberania Nacional, sendo então, necessário sua preservação “[...] é iniludível que sem Estado Nacional e sem Forças Armadas nacionais não pode haver nação soberana [...]” (AMAZONAS, 1994).

Aldo Rebelo, em “Acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo”, apresenta idéia semelhante ao do companheiro de partido. E vai além: “O antiimperialismo é, hoje, a forma do internacionalismo. A defesa da nação é a forma nacional do antiimperialismo”. Neste documento o deputado faz menção à Guerrilha do Araguaia ao insinuar que se necessário for, o povo brasileiro irá lutar pelos seus direitos em defesa da soberania nacional como, segundo ele, o fez em vários momentos da história do país:

“A nação e o povo brasileiro reunirão as forças materiais e espirituais para enfrentar e derrotar as adversidades. Buscarão a inspiração a confiança no exemplo de nossos ancestrais. [...] quando necessário fizemos escrever a letras de fogo nos montes dos Guararapes, no Quilombo dos Palmares, nos Dezoito do Forte de Copacabana, nos campos da Itália e nas florestas do Araguaia, as páginas mais sublimes de amor à pátria e à liberdade” (REBELO, s/dt).

O que podemos perceber neste trecho é que o PC do B na figura de Aldo Rebelo, assume um discurso claramente militar ao misturar fatos históricos tão distintos. Além disso, o parlamentar também proclama a união do povo a fim de proteger a nação e, denunciar a demagogia imperialista e neoliberal. Vale lembrar aqui que, em 1997, Rebelo afirmava que, “o Regime sustentado pelos militares distanciou-os crescentemente de setores populares e médios da sociedade” (1997, p. 12). Agora, o partido vê as Forças Armadas nos quadros do antiimperialismo e do antiamericanismo.

Dessa forma, o que o Partido Comunista do Brasil defende é exatamente o contrário do que os Estados Unidos desejam. O que o PC do B quer hoje para o país são “Forças armadas sólidas, profissionais e capazes de defender o território [...]. Um pilar fundamental da resistência nos países que não desejam ser subjugados” (1997, p. 23).

Enfim, para o Partido Comunista do Brasil hoje, mais do que nunca, o principal papel das Forças Armadas é o de defender a soberania nacional mesmo tendo apoiado “aventuras autoritárias” no passado recente. Segundo Aldo Rebelo, embora os Estados Unidos tentem convencer que as Forças Armadas brasileiras são inúteis para o Brasil de hoje, na realidade o que se nota é que, para o país, elas são “indispensáveis” (1997, p. 22). Afinal é necessário defender, unidos, a soberania nacional.

É importante destacar, portanto, a mudança nas idéias básicas do partido: como sua orientação radical em defesa da revolução agora dá lugar à defesa da nação como luta principal, isto é, à acentuada preocupação com o neocolonialismo, vale dizer, com a contradição entre nação e imperialismo. Assim, fica evidente o afrouxamento ideológico do Partido Comunista do Brasil, lembrando que agora a defesa da nação é a forma nacional do antiimperialismo.

O Golpe de 1964 e o Inimigo Interno

Em artigo publicado na principal revista do Exército brasileiro reconhecia-se que os militares estiveram presentes nos: “momentos capitais da proclamação da República, da Revolução de 30, da Revolução Constitucionalista de 32, da derrubada do Estado Novo, em 1945, e do Movimento de 1964” (FIGUEIREDO, 1988, p. 18)⁷. No mesmo sentido, os historiadores acadêmicos registram que “depois de 1889 os militares assumiram o ‘poder moderador’”. Nos anos seguintes intervieram inúmeras vezes na política tanto no plano estadual quanto no federal, “embora a Constituição de 1891 não tivesse qualquer cláusula tornando os militares responsáveis pela manutenção da lei e da ordem” (SKIDMORE, 1988, p. 523). Nesse sentido, o verdadeiro marco divisório da participação dos militares na política foi o golpe de 64.

⁷ Pedro de O Figueiredo procura justificar o papel intervencionista dos militares brasileiros, de sempre estarem intervindo na política, em seu artigo “As Forças Armadas como instituição social”, fazendo uso das palavras do então ministro do Exército, o general Leônidas Pires Gonçalves, afirma que: “os militares nunca foram intrusos na história do Brasil, mas sim, instrumentos da vontade nacional. É que nos momentos de crise prevalece o sentimento de identidade e a sociedade brasileira reconhece que pode contar com suas Forças Armadas como paradigmas de desprendimento e amor à ordem” (FIGUEIREDO, 1988, p.20-21).

Com efeito, o major Luiz Carlos Poll, em artigo publicado em A Defesa Nacional em 1989, garante que a preocupação com os comunistas antecede a 1964. Segundo ele já na década de 30 essa preocupação era visível:

“nosso país seria o primeiro da América a enfrentar uma tentativa comunista de tomada de poder. A Aliança Nacional Libertadora encobria as atividades do PC do B, que deflagrou a Intentona Comunista de 1935, em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Face à resistência das forças legais, o movimento fracassou de imediato, sendo presos os principais chefes. Após esse episódio, a situação política foi hostil às esquerdas, o que acentuou as dissidências em suas fileiras [...]. A vitória de 64 marcou o início de uma luta sem tréguas contra as esquerdas” (POLL, 1989, p. 117).

E foi o que realmente aconteceu: de 1964 a 1985, a luta contra as esquerdas no Brasil foi intensa, e muitas organizações de esquerda chegaram a ser aniquiladas pelas Forças Armadas, que haviam elegido a esquerda comunista como seu principal inimigo. Como disse Hélio Bicudo no prefácio do livro de Maria Moreira Alves (1984), “o aparato repressivo, tendo no Conselho de Segurança Nacional a sua maior expressão, como órgão controlador de todas as atividades do Estado, reduziu as oposições a um quase nada, como se poderia dizer a um resto” (ALVES, 1984, p. 16).

As Forças Armadas e o Comunismo: O Araguaia

Para se compreender a dimensão da Guerrilha do Araguaia é necessário analisar historicamente, este capítulo da história brasileira. Movimento organizado pelo Partido Comunista do Brasil, durante o regime militar. Estabelecido desde 1966 na região amazônica, este movimento esteve em ação desde abril de 1972, quando o Exército realizou o primeiro ataque às forças de guerrilha, até janeiro de 1975, quando as forças de repressão promoveram a “limpeza da área”, como veremos a seguir.

Para a realização da guerrilha foi escolhida, pelos militantes do PC do B, a confluência de três estados do país: Maranhão, Pará e Goiás, próximo ao rio que deu nome ao episódio, o Araguaia. A região correspondia às características dos estudos feitos pelo partido, uma vez que era o interior considerado o lugar ideal para o desenvolvimento da luta, por acreditarem que a região estava abandonada pelo governo, era uma área extensa e de difícil acesso. Além disso, compreendia uma superposição de comandos: o Comando Militar da Amazônia, a 10^a Região Militar, em Fortaleza, e a Região Militar do Planalto,

em Brasília. O que implicaria num conflito pelo controle e comando das operações, dificultando o plano de ação das Forças Armadas brasileiras.

O objetivo do PC do B era desencadear ações armadas, estabelecendo uma guerra popular prolongada, estratégia tida, pelo partido, como a única maneira de construir um governo revolucionário. Dessa forma, era de grande importância a participação da população local na guerra de guerrilhas, para o êxito da luta revolucionária.

Nesse quadro, a partir de 1966 os militantes do partido começaram a se deslocar das cidades para o campo. Por volta de 1972 completa-se o número de 69 guerrilheiros. Procuraram chegar à região sem alarde, se estabeleceram como pequenos comerciantes e agricultores, fazendo amizade com a população: faziam trabalho social. Com o comércio de alimentos e remédios era possível fazer compras maiores destes produtos, abastecendo o exército guerrilheiro e sem levantar suspeitas. Após se fixarem, passaram a dividir seu tempo entre trabalho rural para subsistência e os treinamentos militares.

Não possuíam grande quantidade de armas, o que se tornou um ponto fraco da guerrilha, do ponto de vista dos militantes do PC do B. Afinal era necessário que tivessem armas suficientes para conter as Forças Armadas e aumentarem o potencial bélico às custas destes inimigos, sendo essa uma das características de uma guerra de guerrilhas (CAMPOS FILHO, 1997).

Quando descobertos pelo Exército os integrantes do grupo foram pegos de surpresa, afinal ainda não estavam completamente preparados, tanto tática como estrategicamente. Ao mesmo tempo em que os integrantes do PC do B não esperavam ser atacados, os militares subestimaram o grau de preparação e determinação dos militantes. As operações militares ocorreram principalmente nas estradas e povoados com pouquíssimas incursões dentro da mata, devido ao grande despreparo dos soldados frente às ações guerrilheiras e à falta de trato com a população que em sua maioria eram amigos dos “terroristas”.

Mesmo com pequena quantidade de armas, foram necessárias três campanhas das Forças Armadas, com um efetivo muito maior de homens para vencer os 69 guerrilheiros. As lutas no Araguaia podem ser divididas em três etapas que constituem as três campanhas de cerco e aniquilamento empreendidas pelo Exército, tendo um período total de duração de dois anos e nove meses.

Inicialmente tudo foi preparado de acordo com uma “guerra convencional”. As Forças Armadas levaram para a região várias unidades do Exército, aeronaves da Forças Aérea, combustível, mantimentos. Inúmeros equipamentos inúteis e inviáveis numa guerra de guerrilhas, além de recrutas inexperientes nessa modalidade de combate. Não levaram em consideração as especificidades desse combate, isto é, o ambiente amazônico e a guerra de guerrilhas (CABRAL, 1993).

As operações militares se deram também nas principais capitais do país. O Exército tratou de dismantlar toda a estrutura do partido a fim de impedir que qualquer tipo de auxílio fosse enviado da cidade ao campo e, com isso, impediu a realimentação da guerrilha com armamentos e pessoal para o combate. Portanto, investiram contra todas as possíveis ligações do PC do B nas capitais.

Depois de duas derrotas, no Exército também houve mudanças significativas para a recuperação das forças de governo. Os recrutas foram substituídos por tropas especializadas. Essas tropas de elite se diferenciam das até então utilizadas por receberam treinamento para a sobrevivência na selva, cursos especializados, teórico e prático, de guerra antiguerrilheira e comando.

Desta vez quem subestimou o inimigo foram os militantes do PC do B. Não se sabe ao certo o número de militares envolvidos nesta campanha, estima-se algo entre três a cinco mil homens, no entanto, agora a maioria deles especializados em guerra de guerrilhas, com treinamento na selva. Essencial também foi a ajuda de alguns mateiros, parte deles ajudaram o Exército em troca de dinheiro, a maioria sob tortura e ameaças às suas famílias. Os métodos de tortura foram utilizados em larga escala sobre a população local, seguindo os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional.

Em dezembro de 1973 a guerrilha sofre um duro golpe. Esperando uma trégua para o Natal, o Comando Militar do PC do B, encontra-se na mata com uma operação de pára-quedistas que o aniquila, escapando vivo dessa operação, só um dirigente do partido Ângelo Arroyo. A estratégia de cerco e aniquilamento envolveu o movimento guerrilheiro em seu conjunto, procurando desestruturar a organização do Partido Comunista do Brasil nas cidades, evitando com isso que fosse enviado apoio aos guerrilheiros em combate. Assim, a boa condução dos procedimentos táticos levaria à vitória total sobre a guerrilha, isto é, ao sucesso estratégico das Forças Armadas.

A grande maioria dos militantes não foram mortos em combate, mas sim torturados, para logo após, muitas vezes, voltarem para a mata, a fim de mostrar o local exato onde estavam armazenados alimentos e roupas. Em seguida iam fazer “uma viagem”, forma como os militares se referiam ao assassinato dos guerrilheiros (CABRAL, 1993). As ordens dirigidas de Brasília eram para que as operações se encerrassem até 31 de janeiro de 1975 e que tudo o que pudesse vir a ser usado como prova da existência da guerrilha fosse destruído (CABRAL, 1993).

Dois anos após o fim das lutas no Araguaia, em 16 de dezembro de 1976, o Exército invadiu uma reunião clandestina da organização do Partido Comunista do Brasil, matando três dirigentes, entre eles Ângelo Arroyo, esse episódio ficou conhecido como “Massacre da Lapa”. Agora sim, nada havia restado sobre a guerrilha que pudesse comprovar sua existência⁸.

Percebemos dessa maneira que os guerrilheiros organizados em torno de um ideal político e social, prepararam forças para a guerra de guerrilhas, mas apesar de todo o empenho, o movimento não atingiu os objetivos desejados pelo Partido Comunista do Brasil, mesmo com um trabalho político, a guerrilha não se transformou em luta do povo. No que se refere ao Exército, sua maior preocupação era abafar rapidamente todo e qualquer movimento de oposição ao regime, para isso fez amplo uso da DSN, afinal, segundo essa doutrina uma “guerra revolucionária” é a estratégia do comunismo internacional para os países da América Latina, dessa forma a “obrigação” das Forças Armadas era defender o povo dos comunistas.

As Forças Armadas e o fim da Guerra Fria

Para Martins Filho, já no segundo semestre de 1989 começaram a surgir nos textos militares “os primeiros indícios de preocupação com a rapidez das mudanças no panorama mundial e suas possíveis conseqüências para o país”. Para aquele autor, comprova essa preocupação a frase do chefe adjunto da Divisão de Assuntos Internacionais da ESG:

⁸ A Guerrilha do Araguaia foi derrotada pelas Forças Armadas sob o comando do General Hugo de Abreu. Ela caracterizou-se por ser o maior movimento de guerra irregular existente no Brasil neste século. Em três anos de combate, o Exército empregou um efetivo muito representativo no combate a cerca de 69 guerrilheiros, constituindo-se na maior movimentação de tropas nacionais desde a inserção da FEB na II Guerra Mundial (CAMPOS FILHO, 1997).

“Constatamos um cenário complexo e aparentemente pouco favorável ao Brasil”. (MARTINS FILHO, 1995, p.5).

Como se sabe, a queda do muro de Berlim anunciou um novo período da história, que passa a ser chamado de “Nova Ordem Mundial”. Essa nova ordem é caracterizada basicamente pela queda dos regimes comunistas e conseqüente diminuição de sua influência no cenário mundial⁹, pelo fim da Guerra fria e do conflito ideológico e, de certa forma, como conseqüência desse processo, entre outras coisas, pelo questionamento sobre o destino das Forças Armadas dos países do terceiro mundo, onde o Brasil está incluído.

Dessa forma, no caso do Brasil, o impacto do fim do regime militar (1985) foi acentuado com o advento da Nova Ordem Mundial. Assim, no pós-guerra fria a questão da *função* das Forças Armadas passou a assumir um conteúdo bastante diferente. O espaço passou a ser reservado para o debate da “*necessidade* das Forças Armadas, em seus moldes clássicos, no Brasil pós-guerra fria” (MARTINS FILHO, 1995, p. 4).

Essa situação causou uma fase de crise de identidade dentro da instituição militar. Afinal, houve uma significativa mudança no quadro de referências políticas e até mesmo institucionais. Segundo Oliveira “o grande tema da crise de identidade das Forças Armadas” refere-se a sua importância para o Estado Nacional, isso é, com o fim do confronto bipolar e sem problemas aparentes de fronteiras com os países vizinhos, qual a justificativa para a necessidade de Forças Armadas? Para o analista, “resposta que contribui para agravar a crise de identidade militar afirmou que as Forças Armadas poderiam deixar de existir em razão do fim do grande confronto mundial [...]”(OLIVEIRA, 1994, p.203).

Nesse quadro mais geral, grande parte da preocupação dos militares brasileiros voltou-se ao que eles viam como pressões externas, principalmente dos estadunidenses. Por exemplo, desde que a guerra fria terminou, os Estados Unidos da América se empenham em arregimentar as Forças Armadas da América Latina na luta contra o narcotráfico.

Com efeito, o ex-secretário de Defesa norte-americano Robert McNamara¹⁰ passou a defender a redução de orçamentos militares em países como o Brasil. Essa discussão se

⁹ No caso do Brasil, uma diminuição significativa do que era considerado ameaça subversiva, representada pelos comunistas.

¹⁰ Robert S. McNamara, foi secretário de defesa dos presidentes Kennedy e Lyndon Johnson. Durante seu secretariado criou a Defense Intelligence Agency (DIA) para centralizar a produção de informações estratégicas.

tornou pública, conforme podemos perceber nesta breve citação retirada do jornal O Globo: “O processo de desmantelamento das Forças Armadas brasileiras tornou-se evidente a partir do término da bipolaridade. A nova doutrina do Pentágono tenta desviar as Forças Armadas de países latino-americanos de suas nobres funções protetoras de seus Estados” (O GLOBO, 03/02/00).

Como vemos, na verdade, o que o governo americano parecia procurar para as Forças Armadas brasileiras, assim como para todas as Forças Armadas da América Latina, no pós-Guerra Fria, foi seu rebaixamento à condição de polícias nacionais voltadas básica e principalmente ao combate ao narcotráfico.

Assim, muitos analistas afirmam que, com o fim da guerra fria abriu-se caminho para que a contradição já existente entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, se tornasse mais direta e perceptível (VESENTINI, 2000, p.53). Como o principal representante dos países desenvolvidos é os Estados Unidos, as atenções militares voltaram-se para essa potência. Portanto, como com o fim da Guerra Fria o risco para o país não é mais representado pelos comunistas, os militares passaram a afirmar que se for preciso defender o Brasil será do “Primeiro Mundo” e os Estados Unidos é o único país que será capaz de nos ameaçar. Não por acaso, num artigo do brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, publicado na *Revista da Escola Superior de Guerra*, defendia - se que, com o fim da guerra fria, surge um novo tipo de polarização mundial, isto é, “uma clara distinção” entre os ricos do hemisfério norte e os pobres do hemisfério sul (FEROLLA, 1994).

Agora o perigo passa vir do norte: aí está a percepção da ameaça na nova ordem mundial. Dessa forma é preciso ter em mente que, aos olhos dos militares mesmo que o muro de Berlim tenha se tornado pó e o grande conflito ideológico Leste/Oeste tenha sido superado, isso não quer dizer que as Forças Armadas nacionais devam deixar de existir. Afinal, a defesa da soberania nacional continua sendo essencial. Segundo o almirante Armando Vidigal “o fim da guerra fria implicou a mudança de um sistema de alta confrontação e baixa instabilidade para um sistema de baixa confrontação, mas alta instabilidade” (VIDIGAL, 1991, p.13-14).

Os Estados Unidos e as novas funções

A partir de 1989 passou-se a indagar qual a função ou papel das Forças Armadas brasileiras. Afinal, durante a Guerra Fria, havia um referencial na doutrina estratégica brasileira, e com o fim desse período parece ter ocorrido uma desestruturação na base dessa doutrina. “A soberania sobre o território, um tema que permaneceu inteiramente subordinado à estratégia da contenção do comunismo ao longo de toda a guerra fria, volta agora com força revigorada. Em razão da nova ordem mundial, do conceito do direito de ingerência [...]” (OLIVEIRA, 1994, p.253). Anteriormente, no quadro mais amplo da Doutrina de Segurança Nacional, as Forças Armadas, elegeram a esquerda comunista como seu principal inimigo; agora o inimigo parece ter mudado.

No novo quadro, a discussão de qual seria o papel das Forças Armadas levanta a possibilidade de colocá-las no combate ao narcotráfico, sendo os Estados Unidos o principal defensor dessa idéia. Já para as Forças Armadas brasileiras, sua principal função deveria ser a de defesa do território e da soberania nacional, nas palavras contidas em documento oficial das Forças Armadas: “A defesa contra agressões externas concretiza, em si mesma, a missão fundamental das Forças Armadas” (BRASIL, 1996, p. 26).

Martins Filho, em trabalho apresentado no 2 ° Encontro Nacional de Estudos Estratégicos da Universidade de São Paulo (1995) fazia um primeiro balanço sobre o “pensamento, a evolução e as características do pensamento militar brasileiro pós-guerra fria”. Para ele, a discussão “sobre a função dos militares está profundamente marcada pelos acontecimentos no *front* externo”, e na nova conjuntura, a preocupação militar com a tutela externa sobre a nação brasileira se acentuou.

Martins Filho conclui que o foco das preocupações das Forças Armadas brasileiras, numa direção já perceptível desde meados dos anos 70, deslocava-se para a preocupação com as desigualdades Norte/Sul. Nesse quadro, passavam a ser frequentes as reflexões sobre os riscos colocados à ordem mundial pelo poder sem limites dos Estados Unidos, assim como pelo perigo das noções de soberania limitada ou restrita, em ascensão após o fim da Guerra Fria.

A defesa nacional não é preocupação exclusiva das Forças Armadas, e como os próprios militares dizem, a defesa da soberania é “responsabilidade de toda sociedade” e

não apenas das próprias Forças Armadas (BRASIL, 1996). Assim, os militares deixam claro qual é sua maior preocupação no pós-Guerra Fria: a defesa da soberania nacional. Martins Filho e Zirker assim sintetizaram essa preocupação:

“pedra de toque das reflexões estratégicas do final do século: a defesa da soberania nacional, diante de um mundo onde velhos princípios da política internacional eram abandonados e no qual o realismo das grandes potências aparecia disfarçado de idealismo universalista”(MARTINS FILHO & ZIRKER, 2001, p. 261).

Em artigo publicado na *Revista Marítima Brasileira*¹¹ o Coronel Manuel Soriano Neto apresenta o que ele considera os novos riscos à soberania: “deve-se agregar à idéia de Estado os conceitos de independência e soberania, os quais são totalmente imbricados” (SORIANO NETO, 1997, p.159). Também nesse artigo, o autor debate as noções, citadas acima, de soberania limitada ou restrita, dever de ingerência e intervenção humanitária. Na sua visão, é preciso deixar claro que a soberania é indivisível e inalienável.

Nessa perspectiva, a Soberania do Estado é considerada sob o aspecto externo assim como sob o interno, onde a soberania interna é aquela em que o poder do Estado edita e faz cumprir, para todos os indivíduos que habitam seu território, leis e ordens, que não podem ser limitadas ou restringidas por nenhum outro poder; no que se refere à soberania externa, diz que significa que, nas relações recíprocas entre os Estados, não há subordinação nem dependência e sim igualdade.

O brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, então ministro do Superior Tribunal Militar, em entrevista à *Caros Amigos* de outubro de 1998, afirma que: “o inimigo do estado nacional é o hemisfério norte, principalmente os Estados Unidos”, reitera sua preocupação e critica: “agora, o que precisa é um governo nacionalista, um governo que pense no país e não no exterior. Porque na hora em que abro as fronteiras, como estão abrindo só saio perdendo. O modelo tem que defender o interesse nacional”.

Diz ainda: “[...] infelizmente o inimigo é inteligente. O inimigo procura fomentar a separação entre a sociedade civil e as Forças Armadas [...]”. Para Ferolla:

¹¹ É interessante destacar que esse artigo já havia sido publicado quatro anos antes, em 1993 na revista *Defesa Nacional*, nº 761.

“Se não tivermos um mínimo de capacidade para dizer ‘No meu território mando eu’, estamos perdidos. Daqui a pouco eles tomam conta para nos ‘proteger’, que aliás é a política deles. ‘Não precisa forçar mais a América do Sul, não na hora que houver problema eu vou aí resolver’” (Caros Amigos, 1998).

Enfim, no pós-guerra fria, os militares saem em defesa própria ao afirmarem que as Forças Armadas brasileiras sempre demonstram uma notável capacidade de adaptação às mudanças ocorridas no espaço e no tempo. A sua missão principal as identifica como o fator básico da manutenção da integridade do nosso território e da preservação da soberania nacional”: “As Forças Armadas devem representar a garantia da evolução e da permanência do Brasil nesses tempos de mudança” (BRASIL, 1996, p. 93) e concluem que estão cientes das responsabilidades das Forças Armadas que estão definidas no artigo 142 da Constituição Brasileira de 1988:

“O preceito constitucional estabelece que a Marinha, o Exército e a Aeronáutica são instituições permanentes e regulares, que se destinam: à defesa da Pátria; à garantia dos poderes constitucionais e por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. (BRASIL, 1996, p. 23).

A Defesa da Amazônia

Dentro do contexto estabelecido pela Nova Ordem Mundial as Forças Armadas voltam a antigas preocupações como a tentativa de internacionalização da Amazônia. E com a “cobiça internacional que mal consegue disfarçar seu interesse por uma área vasta, tão rica e tão despovoada” (RIBEIRO, 1995, p. 49).

Essa preocupação é compreensível levando em consideração que o Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana, e que ela corresponde a mais da metade do território nacional.

Em entrevista concedida ao antropólogo Piero de Camargo Leirner, o general Leônidas Pires também confirma o pressuposto da preocupação com a Amazônia: “O problema é a Amazônia, por si só. É a Amazônia com sua necessidade de nós dominarmos ela, com sua necessidade de fazê-la cada vez mais brasileira”. (Entrevista realizada em 20/09/1993, LEIRNER, 1997).

Enfim, concluímos que a Amazônia possui também um significado político-estratégico muito expressivo, mas além do seu valor estratégico, “a Amazônia torna-se um

símbolo da nacionalidade, da territorialidade e do preparo militar. Em outras palavras, símbolo da soberania e da missão militar no momento em que as ameaças soviética e Argentina deixam de existir no plano da defesa externa e o comunismo não configura mais referência para a defesa interna” (OLIVEIRA, 1994, p. 255).

Esquerda e Forças Armadas no Brasil do pós-Guerra Fria: um encontro de contrários?

Durante o período da Guerra Fria, as Forças Armadas tiveram como principal objetivo livrar o Brasil da ameaça comunista e tinham como aliado nessa tarefa os Estados Unidos. Mesmo antes da década de 60, o Brasil já havia deixado clara sua opção política pelo ocidente democrático e cristão, baseando toda sua Doutrina de Segurança Nacional nos moldes norte-americanos. Com o advento do regime militar essa “aliança” se intensificou, e os Estados Unidos apoiaram os militares durante a grande maioria do tempo em que o regime militar esteve em vigor.

Os tempos mudaram, hoje, no pós-Guerra Fria, com o advento da Nova Ordem Mundial, as relações entre os dois atores dessa dissertação, parece ter sido por eles próprios repensadas. Houve mudanças significativas nos discursos de ambos: por parte da esquerda, o PC do B continua se auto-denominando como um partido revolucionário, no entanto, percebemos que na realidade, hoje, a revolução dá lugar à defesa da nação. Nesse quadro, o partido consegue conciliar suas posturas de apoio a movimentos sociais, como o dos sem-terra, por um lado, e sua exigência de apuração dos acontecimentos do Araguaia, por outro, com um apoio a uma política nacionalista de defesa da soberania e da permanência das Forças Armadas.

Dessa forma, percebemos que, na realidade, hoje, o que une ideologicamente a esquerda e as Forças Armadas é a ênfase na defesa da soberania nacional, principalmente no que se refere à soberania da Amazônia, no novo quadro mundial. No entanto, essa preocupação com a defesa nacional, não impediu a superação das antigas visões militares sobre a ordem interna. Os documentos do SIPLEx (Sistema de Planejamento do Exército) (BRASIL, s/d) continuam a definir os movimentos sociais como problema de defesa nacional. Isso fica claro principalmente na hipótese de guerra “Alfa”, voltada explicitamente para a ordem interna, isto é, a preocupação com organizações “subversivas”.

Portanto, torna-se impossível ignorar a dificuldade de identificação das posturas militar e de esquerda, se o ponto de união entre a esquerda e as Forças Armadas é a preocupação com a soberania nacional, em contrapartida o ponto de desunião está relacionado com a ordem interna, ainda que, ao que parece, a ordem interna não seja, hoje em dia, a preocupação maior dentro da instituição. Mesmo assim, não podemos ignorar que os antigos pontos de conflito permanecem: a esquerda continua a pregar a transformação social e apoiar os movimentos sociais, enquanto os chefes militares continuam a considerar os movimentos sociais como focos de ameaça à segurança do país, mesmo que em segundo plano. No entanto, sabemos que isso não poderia deixar de ser, ou então ambos perderiam parte de suas identidades.

É devido a essas divergências doutrinárias que, para muitos, a aproximação defendida nesse trabalho parece ser, pelo menos à primeira vista, impossível. No entanto, provamos que não o é. Mesmo parecendo que a esquerda está mais disposta ou quem sabe preparada para a aproximação, ou seja, para um encontro. Como vimos, existe a tradição de se aliar a setores das Forças Armadas, principalmente aos nacionalistas. No entanto agora tudo evidencia que a aliança é com o conjunto da Instituição, haja visto que, com o advento do governo Lula, os militares passaram a apoiar o nome do deputado Aldo Rebelo (PC do B - SP) para a pasta da Defesa.

Aqui, é interessante destacar um trecho de autoria desse deputado, já citado anteriormente, onde ele realiza uma cacofonia interessante, numa clara tentativa de agradar as Forças Armadas. Se não houver uma leitura cuidadosa desse trecho, e se retirarmos Palmares e o Araguaia, podemos, até mesmo achar que, quem o escreveu foi um militar:

“a nação e o povo reunirão forças materiais e espirituais para enfrentar e derrotar as adversidades. Buscarão a inspiração a confiança no exemplo de nossos ancestrais [...] quando necessário fizemos escrever as letras de fogo nos montes dos Guararapes, no Quilombo dos Palmares, nos Dezoito do Forte de Copacabana, nos campos da Itália e nas florestas do Araguaia, as páginas mais sublimes de amor à pátria e à liberdade (REBELO, s/d).

O Deputado, neste trecho, intercala feitos “louváveis” das Forças Armadas, com outros nem tão heróicos assim, a fim de demonstrar a importância das Forças Armadas no Brasil atual. Cita, no referido texto, por exemplo, a Batalha do Monte Guararapes,

momento histórico, de grande estima para os militares, tanto assim que hoje é no dia 19 de abril, data em que é dada como vencida a Batalha, que se é comemora o dia do Exército.

Ao se referir aos “campos da Itália” exalta o feito das Forças Armadas brasileiras na Segunda Guerra Mundial, o que é motivo de extremo orgulho para os militares. Já no que tange à guerrilha do Araguaia, onde as Forças Armadas foram derrotadas pelo PC do B em duas campanhas só alcançando êxito numa terceira, tendo dizimado os comunistas, não se trata de um fato vangloriado pelos militares.

Portanto, no Brasil dos anos noventa, a aparente aproximação de pontos de vista de membros de partidos de esquerda, por um lado, e militares, não apenas os de alto escalão, por outro, quando se trata da necessidade de fortalecer a defesa da Amazônia, em nome da soberania do país, é de certa forma comum e tem se intensificado consideravelmente. Na realidade, é às vezes difícil distinguir o discurso da esquerda, como vimos, do discurso militar sobre a defesa nacional. Essa aproximação conjuntural, entre os dois atores deste trabalho, só foi possível no quadro das transformações ocorridas a partir do final dos anos 80, principalmente no que tange o fim da guerra fria e o advento da Nova Ordem Mundial.

Considerações finais

Nesse trabalho fizemos um breve estudo da história do PC do B e das Forças Armadas brasileiras. Percebemos que historicamente seria difícil confirmar minha hipótese, afinal os dois atores dessa dissertação não foram, no passado, o que poderíamos chamar de aliados ou amigos e a história indicaria que nunca o seriam. No entanto hoje estão se aliando.

Dessa forma, creio ter evidenciado a aproximação entre setores de esquerda, principalmente o Partido Comunista do Brasil, e a corporação militar, no que se refere à defesa da soberania nacional, confirmando, assim, minha hipótese inicial. É claro que antigos pontos de desavença continuam, como a defesa da ordem interna, mas isso não poderia deixar de ser, afinal os principais pontos inerentes aos dois atores não foram alterados, alguns são de origem doutrinária o que torna inviável qualquer alteração.

Assim, nos parece que ainda existem algumas arestas entre as Forças Armadas e a esquerda brasileira que precisam ser aparadas, mas o que tudo indica isso não vai demorar muito para acontecer, mesmo que não forem de todas aparadas, pelo menos as relações

serão mais fáceis. Afinal, como vimos recentemente, os militares até apoiaram o nome do deputado Aldo Rebelo para o Ministério da Defesa.

Enfim, com base nas evidências destacadas ao longo do presente trabalho, foi possível notar, portanto, a pressão dos Estados Unidos e dos países desenvolvidos, em tornar as nossas Forças Armadas, assim como as de toda a América Latina, em simples milícias, ou seja, o rebaixamento à condição de polícias nacionais voltadas prioritariamente ao combate do narcotráfico. Percebemos, então, que existe a necessidade de fazer com que a Instituição militar se afaste do *front* interno e dessa idéia de milícias imposta pelos Estados Unidos, tal afastamento é defendido pelas Forças Armadas e pela esquerda, o que acabou mobilizando ambos os organismos. Dessa forma, concluímos que, agora ao invés dos subversivos comunistas, os novos inimigos das Forças Armadas hoje, são os Estados Unidos, ou seja, “a ameaça que vem do Norte”, conforme os próprios militares e os militantes do PC do B afirmam. Portanto, o antigo “aliado” dos militares parece mostrar a nova face.

Resta saber como irão se comportar ambos os atores desse trabalho com o novo governo no poder, um governo de esquerda do chamado Partido dos Trabalhadores (PT), lembrando que o PC do B vem se aliando a esse partido há várias eleições.

Assim, concluímos então que é preciso levar em consideração que existe a necessidade de Forças Armadas eficazes no Brasil, assim como o PC do B defende, principalmente para a manutenção de pontos clássicos como a questão da soberania nacional, e não pura e simplesmente como milícias, como desejam os estadunidenses, para satisfazer seus interesses de imperialistas.

Portanto, é facilmente perceptível a clara intenção do PC do B em agradar as Forças Armadas brasileiras: antes os militares eram vistos pelos integrantes do partido como inimigos da soberania nacional e amigos do imperialismo, atualmente a situação é completamente diferente, os militares são os amigos da nação e, cada vez mais, estão se tornando inimigos do imperialismo, ou seja, daqueles que desejam enfraquecer as Forças Armadas, em detrimento da soberania nacional.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- AMAZONAS, João. Não há nação Soberana sem Estado Nacional, 1994.
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, Solivro, 1979.
- _____, Ministério do Exército – Estado-Maior do Exército. *Concepção estratégica do Exército (SIPLEX-4)*, p. 1-23, (s/data).
- BRASIL, Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*. Rio de Janeiro, 1979.
- _____. 1988 *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília:Gráfica do Senado
- _____, Estado-Maior das Forças Armadas. *O Brasil e suas Forças Armadas*, 1996.
- CABRAL, Pedro Corrêa. *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: UFG, (s/d)
- FEROLLA, Sérgio Xavier. Bases para um projeto nacional. **Revista da Escola Superior de Guerra**, v.27, p.9-21, agos. 1994.
- _____, Sérgio Xavier. Entrevista a Caros Amigos, p. 22-27, nov. 1998.
- FEGHALI, Jandira. Pronunciamento sobre os acontecimentos na Colômbia e as ameaças de uma intervenção militar norte-americana. Câmara dos Deputados, Brasília, 18 de agosto, 1999.
- FIGUEIREDO, Pedro de O. A importância institucional das Forças Armadas na vida brasileira. **Revista A Defesa Nacional**, nº 736, p.7-23. 1988.
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A esquerda brasileira: das ilusões à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.
- LEIRNER, Piero Camargo. *Meia-Volta, volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar*. Rio de Janeiro: FGV/Fapesp, 1997.
- LUCENA, Zenildo *O Exército Brasileiro e a Amazônia*. In: PALESTRA – FORT LEAVENWORT. EUA, 1995.
- MARTINS FILHO, João Roberto. O debate sobre a função das Forças Armadas no Brasil pós- guerra fria. In: 2º. ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, Universidade de São Paulo, 1995.
- _____, João Roberto & Zirker, Daniel. The Brazilian Military and the New World Order. *Journal of Political and Military Sociology*, EUA, 1996, vol.24: 31-55.
- MEIRA MATTOS, Carlos. A Nova Ordem Mundial e a missão das Forças Armadas. **A Defesa Nacional**, nº 758, p.29-36. 1992.
- MONTEIRO, Tânia. Militares apóiam nome de Rebelo para Defesa. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 09 dez. 2002.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus, 1994.
- PC do B Manifesto em defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho Brasileiros, (s/d).
- PC do B 1962 *Manifesto Programa*. In: A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (M-L), p.11-24. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B 1964 *O golpe de 1964 e seus ensinamentos*. In: A Linha Política Revolucionária Comunista do Brasil (ML), p.45-100. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B 1966 *União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista*. In: A Linha Política Revolucionária Comunista do Brasil (ML), p.101-174. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.

- PC do B 1969. *Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil*. In: Guerra Popular – Caminho da Luta Armada no Brasil, p.115-160. Lisboa: Edições Maria da Fonte, 1974.
- PC do B. *Informe Político ao 8º Congresso*. Brasília, 1992.
- PC do B. *Programa Socialista e Estatuto do PC do B*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.
- PC do B. *Teses – 10º Congresso*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2001.
- PC do B. *80 anos de luta: 1922-2002*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- PC do B. *Programa Socialista*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2002.
- POLL, Luiz Carlos. Sinopse dos movimentos comunistas no continente americano. **A Defesa Nacional**, nº742, p.114-141. 1989.
- REBELO, Aldo. Intervenção à 8ª Conferência do PC do B, 1995.
- _____, Aldo. A Amazônia, **Jornal do Cambuci & Aclimação**, 12 à 18 de novembro, 1999.
- _____, Aldo. *Forças Armadas e Soberania Nacional*. Brasília: Editora da Câmara, 1997.
- _____, Aldo. *Militar é diferente*. Brasília: Câmara dos Deputados, (s/d(a)).
- _____, Aldo. *Acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo*. Brasília: Câmara dos Deputados, (s/d(b)).
- _____, Aldo. A defesa nacional. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1999.
- _____, Aldo, FERNANDES, Luis, CARDIM, Carlos Henrique(Org.). *Política externa do Brasil para o século XXI*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- REVISTA Marítima Brasileira. “Soberania, Soberania Limitada, dever de Ingerência, Intervenção Humanitária”, Rio de Janeiro, v.117 nº 10/12, out/dez, 1997.
- RIDENTI, Marcelo S. *O Partido Comunista do Brasil diante da crise do socialismo: Permanências e mudanças*. In: World Fórum – X Congress of International Federation of Latinamerican and Caribbean Studies (X FIEALC).
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964-1985*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SKIDMORE, Thomas E. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- SORIANO NETO, Manuel. Hipóteses de guerra. **A Defesa Nacional**, n. 755, p.125-127. 1992.
- VESENTINI, José William. *A Nova Ordem Mundial*. São Paulo: Ática, 1995.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Brasil e a Nova Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1991.